

# A EXAUSTÃO DE UM MODELO DE CRESCIMENTO URBANO ENQUANTO OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO

**Miguel Melo Bandeira e Ricardo Almendra<sup>1</sup>**

**Palavras chave:** expansão urbana, planeamento estratégico, desenvolvimento local, Cávado, Vila Verde, Braga

## **Nota de abertura**

O sentido e a finalidade da presente comunicação partem antes de mais do elementar propósito de repartir e testemunhar um enunciado de reflexões suscitadas a pretexto na nossa participação na equipa técnica responsável pela elaboração do primeiro Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Vila Verde (2003/04). Ainda que o processo não se encontre formalmente encerrado - aguardando a deliberação política - a substancialidade do plano, genericamente ocorrida no presente ano, bem como os contributos dos diversos agentes e actores locais envolvidos, foi já efectuada, pelo que se aguarda brevemente o início da sua fase de execução. Poderá, à partida, um plano estratégico de âmbito municipal não reunir os ingredientes necessários para justificar um particularismo neste foro, todavia, as articulações que solicita, designadamente as implicações decorrentes dos indícios de coalescência urbana de Braga a Vila Verde (VV), bem como a recente formulação da expectante "Área Metropolitana do Minho", consignam-lhe uma atenção e um alcance mais latos.

Chamados a dar o nosso contributo sectorial solicitado no plano da "Geografia, Dinâmicas Urbanas e Mobilidades", cedo se demonstrou a potencialidade deste tipo de instrumento enquanto factor gerador da maximização de diversos concursos intervenientes. Desde a interiorização dos processos interdisciplinares dos membros da equipa técnica, passando pelo incremento da abordagem trilateral, no plano das relações técnico/decisor político/cidadão, até à auto-reflexão do nosso papel no processo, tudo se conjuga, de imediato, no ensaio de uma referência que também é útil à afirmação de uma forja de novos geógrafos intervenientes no território.

## **O cenário de intervenção**

O desenho administrativo do Município de Vila Verde (VV) consubstancia uma peça territorial genuína daquilo que subentendemos designar por paisagem do *Minho*, e que encaixa e compõe plenamente os fundamentos mais estruturantes do noroeste português. Tutelarmente delineado sob a unidade agregadora da bacia hidrográfica do Cávado, a partir do ponto em que

---

<sup>1</sup> Respectivamente, Dep. Geografia do ICS-UM e "GeoAtributo"

os limites legais passam da lógica unificadora da bacia para dar lugar à supremacia divisória do rio, a configuração do concelho acompanha o alinhamento orográfico NE-SW prevalecente, acentuando-se mesmo desde que este passa a ser meridionalmente delimitado pelo principal subsidiário do Cávado, o rio Homem<sup>2</sup>. Daí que, entre os tramos destes cursos de água, a Sul e Sudeste, até ao alinhamento montanhoso a Norte, que o separa do vale do Lima, o território concelhio compreenda as tipologias fundamentais da geografia regional. Isto é, no âmbito do que Orlando Ribeiro alegoricamente denominara de “teclado minhoto”, defrontamos a *veiga* densamente humanizada, extremada a Sul pelos citados rios e a poente pelo vale do Neiva; a *meia-encosta* mais rala de gentes, onde começa a pontuar o domínio florestal; e, finalmente, no topo Norte, impõe-se-nos a *montanha*, projecção poente da Serra Amarela, sem que, todavia, e apenas no extremo Nordeste do concelho, esta ultrapasse os 807 mts de altitude.

Assim, a Noroeste, se excluirmos o pequeno troço montante do rio Neiva, intercalado a poente entre as duas grandes bacias, e as vertentes a Norte drenadas pelo rio Vade, o concelho prefigura-se sob um anfiteatro natural que se oferece a Sul, inserto numa estrutura pouco declivosa, amplamente rasgada que, não só se reporta ao significado literal da sua hidrografia, mas, também, como veremos adiante, se repercute no alcance dos trechos de paisagem mais densamente humanizados.

Com 58 freguesias distribuídas por 228.7 Km<sup>2</sup>, VV reflecte o padrão administrativo subregional denso, que caracteriza, numa acepção mais ampla, o curso médio das bacias hidrográficas dos principais rios minhotos. VV ganha, pois, legibilidade como um território charneira entre o litoral e o interior e, simultaneamente, em resultado da sua extensão oblonga de feição tendencialmente meridiana, igualmente partilha uma diversidade latitudinal, que permite caracterizar uma transição passível de promover o voluntarismo distintivo entre o *Alto* e o *Baixo Minho*.

Numa acepção subregional, a proximidade de VV ao centro polarizador da cidade de Braga (109460 habitantes), a 5 Kms de distância, promove a integração/articulação dos seus principais filamentos concentracionários na coroa metropolitana envolvente a Braga. Assim o confirma a imagem de *satélite* que encaixa as concentrações de VV no arco Norte bracarense, alinhando-as com os principais aglomerados de Barcelos/Vila Verde/Amares/Póvoa de Lanhoso.

De facto, as grandes concentrações humanas situam-se a Sul do concelho VV, tendendo a ramificar-se de um modo mais evidente ao longo do trecho vestibular ribeirinho do Homem (EN's 205/308) e, numa segunda ordem, meridianamente, ao longo das principais vias de comunicação, das quais se destacam as estradas nacionais N<sup>o</sup>s 101 e 201.

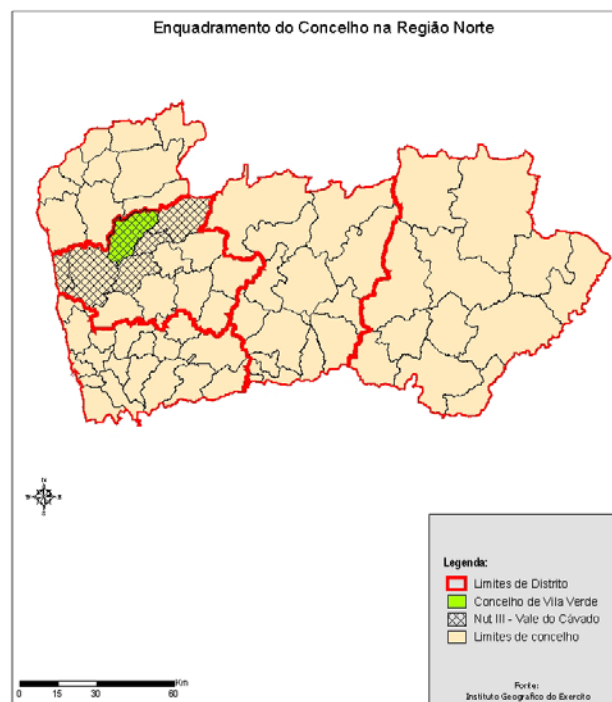
---

<sup>2</sup> - com excepção do pequeno enclave administrativo do lugar de S. Bento das Pedras, na margem direita do rio Homem, pertencente à freguesia de Fiscal, município de Amares

A ligação deste território a Braga é tão ancestral que, do ponto de vista urbano, imbrica ainda no período bimilenário de *Bracara Augusta*. Fosse ela feita pelo eixo longitudinal da *via XVII*, pela ponte de Prado, para Norte, ou de outros recônditos movimentos meridianos alternativos e complementares, que procuravam vencer os obstáculos dos alinhamentos montanhosos pelas passagens mais generosas – as portelas –, oferecendo assim o contacto entre os principais vales minhotos, quer fosse ainda pela proximidade da *Geira (via XVIII)*, embora correndo na margem oposta do rio Homem, constituindo desde tempos imemoriais um acesso alternativo ao *hinterland* bracarense.

Neste sentido, o concelho de VV, conjuntamente com o contíguo de Amares, formam como que uma estrutura física territorial simétrica à de Braga, provida de uma inequívoca individualidade *ante-urbana*, razão pela qual as mais diversas “drenagens”, sobretudo as humanas, pelo menos desde há dois mil anos, tenham pendido preferencialmente em direcção a esta última.

O município de VV integra o Distrito de Braga, compondo o território do Noroeste português historicamente reconhecido pelo *Entre Douro e Minho*. Do ponto de vista dos programas territoriais de acção governativa, VV integra a NUT III do Cávado, entre as subregiões da mesma ordem, o Minho-Lima, a Norte, e o Ave, a Sul. Numa percepção mais vasta, VV integra-se na faixa atlântica do continente europeu, Noroeste da Península Ibérica, suficientemente próxima da fronteira espanhola com a Galiza para incorporar, ainda que nos seus limites, as articulações conceptuais e programáticas da região transfronteiriça.



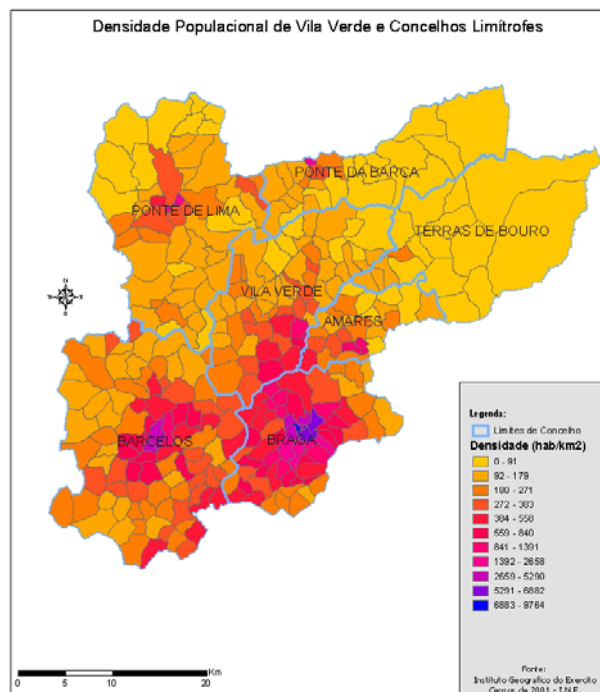
O território do município de Vila Verde é uma entidade administrativa de servidão autárquica recente definida num espaço de ocupação ancestral. A sua criação, em 24 de Outubro de 1855, resulta da política de reforma administrativa territorial levada a cabo por

iniciativa do regime liberal *oitocentista*, que, no caso, por força da extinção dos concelhos de *Pico de Regalados, Vila Chã e Larim, Penal e Prado*, deu origem ao território que hoje se conhece. Confina a Norte com Ponte da Barca e Ponte de Lima (Distrito de Viana do Castelo; *Vale do Lima* – NUT III; e *Comunidade Urbana do Vale do Lima*). A poente, prossegue o contacto com o mesmo anterior - Ponte de Lima – e Barcelos, sendo que a partir daqui todos os restantes integram as circunscrições de VV já enunciadas. São elas: a Sul, Braga; e a leste, Amares e Terras de Bouro, neste caso, pertencentes ao Distrito de Braga e vale do Cávado – NUT III.

No que toca ao fraccionamento territorial administrativo, VV não destoa da tipologia das circunscrições congéneres envolventes, cotando-a no patamar dos municípios portugueses que auferem de uma área média municipal mais baixa e de um elevado nível de atomização de freguesias.

## A mole humana

O último censo da população (2001) estima um total de 46580 residentes no município de Vila Verde (11,9% da pop. do Cávado NUT III), cuja afectação territorial, no âmbito das unidades mais desagregadas, privilegia a aglomeração dos residentes no sector Sul do concelho, em particular a mancha que bordeja a margem direita do Cávado.



Aí sobressaem dois importantes núcleos de freguesia: Prado (Stª Maria) e, um pouco mais para o interior, a Norte, a sede do município, Vila Verde. Neste plano, desde logo pontua Prado com 4381 habitantes. Isto é, esta unidade compreende mais do dobro dos residentes das restantes freguesias do concelho, se para isso excluirmos apenas a contígua freguesia de Lage,

com 2244 hab. e, naturalmente, a sede com 3813 hab. De notar, contudo, que as quatro freguesias situadas mais a Sul do município, excepto Prado, exibem cada uma cerca de 2000 habitantes, facto este tanto mais significativo, se repararmos que, somente 12% das freguesias tem população residente compreendida entre os [1000-2000 hab.].

A densidade da população do município de VV inscreve-se, em abstracto, na ordem dos 203,7 habitantes/Km<sup>2</sup>. Comparativamente às unidades administrativas congéneres vizinhas e às inserções supramunicipais em que se integra, é um concelho moderadamente povoado, próximo dos valores de Amares (226 hab/Km<sup>2</sup>), balizado entre os extremos quantitativos de Terras de Bouro (30,1 hab/Km<sup>2</sup>), ou Ponte da Barca (70,9 hab/Km<sup>2</sup>), e os valores máximos registados pelos municípios de Braga e Barcelos, respectivamente com 894,3 e 322,3 hab's/Km<sup>2</sup>. No plano da NUT III/Cávado e da NUT II/*Região Norte*, a relação da população com a área que ocupa reflecte qualidades opostas. No primeiro caso cota-se significativamente abaixo da média (*Cávado* - 315,5 hab/Km<sup>2</sup>) e, no segundo, acima da mesma (*Região Norte* - 173 hab/Km<sup>2</sup>).

Vale a pena, porém, apreciar a mancha de distribuição da população, desagregada ao nível de freguesia, pelo conjunto dos municípios envolventes a VV. Parece nítida uma tendência privilegiada para coalescência dos principais alinhamentos concentracionários entre VV e Braga, em particular na expansão urbana desta última para Norte, evidenciada pelos valores de concentração registados ao longo das freguesias que contêm os principais acessos rodoviários a Norte. Recordemos que a presente tendência fora já detectada em estudo anterior, aquando do desenvolvimento do *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Cávado*<sup>3</sup>. Por outro lado, não deixa de se evidenciar uma coroa de baixos valores demográficos à escala dos concelhos do entorno de VV, quer ao nível da população residente, quer no das densidades. Com efeito, os “vazios” subregionais, com as excepções pontuais já aludidas, projectam-se no cordão definido desde o Sul de Ponte de Lima, continuam pelo território a Norte do “paralelo” estabelecido pelo topo das freguesias de Freiriz/Moure/Barbudo/Vila Verde, no Município de VV, e prolongam-se pelo Norte de Amares e, de um modo geral, por Terras de Bouro. Esta realidade contribui para se admitir uma ruptura concentracionária entre o Norte e o Sul do concelho de VV, só mesmo alterada pelo factor distorçor das principais vias rodoviárias, como veremos a seguir.

Numa visão mais fina, as principais concentrações demográficas registadas no último censo (acima dos 263 hab/Km<sup>2</sup>), localizam-se nas freguesias de menor altitude, à face da

---

<sup>3</sup> - Bandeira, Miguel e Fernandes Mário - *Rede Urbana e Equipamentos Colectivos - (Relatório Sectorial de 1ª fase), Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Cávado* – AMVC, Tecnicávado - Empresa para o Desenvolvimento Regional, Braga, Setembro de 1995, 78 pp

margem direita do tramo vestibular do Rio Homem, entre Lanhas e Cabanelas<sup>4</sup>, adensando-se na envolvente à sede de concelho – Vila Verde com o valor máximo de 1230 hab./Km<sup>2</sup>. Daqui, com excepção do Pico, ramificam-se ao longo da EN 101, até Vilarinho, com tendência para alongarem-se até Covas, e projectam-se ainda ao longo do trajecto da EN 201, entre Prado (Stª Maria) e Carreiras (S. Miguel). Neste último caso saliente-se a centralidade de Prado (Stª Maria), que estende os seus valores elevados às freguesias confinantes, a leste, de Cabanelas e Oleiros.

Ao invés, o sector menos densamente povoado (abaixo do 100 hab/Km<sup>2</sup>), localiza-se no topo Norte do concelho, coincidindo com a área montanhosa acima dos 250/300mts, interrompida pelo alinhamento N-S do pequeno vale da Rib<sup>a</sup> da Costa, que faz ligação à Portela de Vade. No mesmo sentido, sobretudo acima da cota dos 300 mts de altitude, é de destacar o braço montanhoso constituído pelos Montes de S. Miguel/Cheira/Borrelho e Moinho Velho.

No que concerne à variação relativa da densidade populacional ao nível das freguesias do concelho de VV, durante o último período intercensitário, pode-se inferir uma tendência para a crescente valorização do papel concentracionário da sede de concelho, que subiu 46%, registando os maiores aumentos da circunscrição, com destaque para Barbudo, Moure e Laje, todas acima dos 20%.

Se é um facto que se mantém a tendência geral para o reforço do sector Sul, sobretudo o Sudeste, as maiores perdas de população, localizadas a Norte e nas altitudes mais elevadas, tendem a tornar-se mais evidentes a Nordeste, no contacto com Ponte da Barca e Terras de Bouro.

Do ponto de vista dos movimentos estruturais da população, em particular no que concerne aos domínios da natalidade e mortalidade, VV tem valores aproximados do contexto territorial onde se integra. Começando pela natalidade podemos verificar que a respectiva taxa (13,4‰), sendo igual à da NUT-III a que pertence, é superior em um ponto à da Região Norte, e praticamente dois pontos em relação ao valor nacional. Relativamente a todos os concelhos envolventes VV é só mesmo ultrapassada por Braga e Barcelos, respectivamente com 14,1 e 14‰. Na verdade, tal como a maior parte dos concelhos envolventes, excepto Terras de Bouro, integra-se no grupo de municípios com as mais altas taxas de natalidade do País.

Relativamente à taxa de mortalidade de VV (9‰) a realidade exhibe um maior desvio do conjunto imediato. Com valores superiores aos da média sub-regional 7,2‰, aproxima-se, no entanto, dos valores da região e cotando-se abaixo dos nacionais. Ainda assim, VV integra o grupo nacional dos que têm as mais baixas taxas de mortalidade. Com efeito o município tem valores da taxa de mortalidade ligeiramente inferiores aos de Ponte de Lima e, mais

---

<sup>4</sup> - excluindo Sabariz com 168 hab/Km<sup>2</sup>

acentuadamente, menores que os de Terras de Bouro e Ponte da Barca, que integram um patamar distinto do contexto sub-regional.

Se avaliarmos o balanço sob a perspectiva expressa pela Taxa de Excedentes de Vidas, VV, com mais 4,4‰, equipara-se a Amares, exibindo um resultado positivo, quer relativamente à região, quer ao País. No que toca à comparação com a NUT-III, o saldo de VV cota-se abaixo da média, por força dos valores elevados, sobretudo, de Braga e Barcelos. No entanto, é de salientar, que está longe dos valores negativos dos municípios mais interiores como são os casos de Ponte da Barca e Terras de Bouro. No plano evolutivo, ao longo da última década, ambas as taxas não sofreram variações profundamente significativas<sup>5</sup>.

A resolução geográfica das taxas brutas de natalidade e mortalidade, ao nível da freguesia, embora sob um padrão mais diversificado, em particular, no primeiro indicador, mostram-nos uma clara animação demográfica no Sul, por contraposição à recessão que leva a melhor a Norte.

Durante o último período intercensitário a população residente de VV cresceu uns moderados 5,7% (+2524 hab.), isto se compararmos com a NUT-III, que subiu 9,5%, ou o concelho contíguo de Braga, que auferiu de um crescimento de 14,3% (*vid. O País em Números*, INE - 2002). O balanço entre os registos de nascimentos e os óbitos resultou num saldo positivo de 2100 almas. O Saldo fisiológico, porém, para o mesmo período, desagregado ao nível das freguesias, mostra-nos que a repartição detecta, genericamente, a mesma ruptura Norte/Sul, estabelecida ao longo do eixo, Freiriz/Moure/Barbudo/Vila Verde.

No âmbito do saldo migratório, elemento fundamental na parametrização do indicador anterior (+ 424), há a salientar que o balanço também ele é positivo para o concelho, consubstanciando um crescimento efectivo, já aludido, de 2524 novos habitantes durante o último período intercensitário. Ao nível da freguesia é possível confirmar a já detectada tendência para a concentração absoluta na sede de concelho (+ 821).

A população de VV apresenta uma repartição de género na ordem dos 51,6% de mulheres (24060). De acordo com os grandes grupos etários expressos no censo de 2001, trata-se de uma *população jovem* que preenche os patamares mais elevados dos intervalos dos [0-14] e [15-24 anos] a nível nacional, reunindo um total de 36,4% do universo populacional concelhio. Saliente-se, contudo, que, enquanto que o intervalo mais jovem decaiu entre os anos de 1991 e 2000, passando dos 11000 para valores próximos dos 8000, o ano de 2001 deu sinal de uma recente inversão ao cotar-se nos 9170. A este propósito, aponte-se o facto de VV, em 2000, ter registado a mais alta Taxa de Fecundidade (52,5%) face a todos os seus municípios

---

<sup>5</sup> - A taxa de natalidade, entre 1991 (14,6‰) e 2000 (13,4‰) baixou 1,2‰, ainda que oscilando um máximo que não foi para além de 3,5 pontos, enquanto que a taxa de mortalidade, entre os mesmos anos, registou apenas uma descida ligeira

envolventes, que não atingiam os 50%, ou mesmo até na relação com os restantes contextos territoriais mais abrangentes considerados.

Já quanto ao intervalo [15-24] a população manteve-se estável ao longo da maior parte do período, registando valores constantes acima dos 8500, tendo, no entanto, descido bruscamente para os 7827 no ano de 2001. Note-se que, ao nível da NUT III, VV integrando o mesmo patamar dos municípios do baixo Cávado, encontra-se no grupo dos que registam os maiores valores a nível nacional.

Passando em revista os valores da distribuição do Índice de Juventude no concelho de Vila Verde, para o mesmo ano de 2001, verifica-se que as freguesias que rondam e ultrapassam os 100 pontos percentuais se localizam na metade Sul do concelho. Abaixo disso, além de duas exceções a esta lógica: Escariz (S. Mamede) e Atiães, ambas a Sul, os menores valores situam-se a Norte, em especial nas freguesias da franja limite do município.

### **Percentagem da população residente de VV, segundo os grandes grupos etários**

Intervalos idade	População	%
[0-14]	9 170	19,6
[15-24]	7 827	16,8
[25-64]	22 639	48,6
>v=65	6 943	14,9

Fonte: INE, (Censos... 2001)

Os valores da população *adulta* residente de VV aproximam-se dos de Terras de Bouro e Ponte da Barca. Isto é, tratam-se de valores abaixo da média da NUT *Cávado* (52%) e Portugal (53%). Neste caso a população adulta de VV tem vindo a evoluir de um modo suave desde o início da década (1980 em 1991), mantendo-se praticamente estável entre os anos de 1997 e 2000. Curiosamente, na passagem para a década seguinte registou um aumento significativo de 7,7%.

Para o intervalo de idades correspondente aos idosos, maiores ou iguais a 65 anos, VV obtém valores superiores aos da NUT *Cávado* (12%) e inferiores aos da média nacional (16%). Daí que, neste último contexto, os critérios do INE situem VV no patamar dos municípios com menor peso da população idosa. Neste mesmo patamar associam-se todos os concelhos envolventes a VV, excepto Ponte de Lima, Ponte da Barca e Terras de Bouro, que se encaixam nos patamares de valores mais elevados. Quanto à evolução sentida na última década, a população com idade maior ou igual a 65 anos, que vinha a subir em termos percentuais, desde 1993 (em 1991 era de 5596 hab.), revelou uma ruptura de tendência na viragem de década, igualmente como em outros intervalos de idade, tendo a população idosa relativamente diminuído 13,8%.



No tocante ao Índice de Envelhecimento, reportável ao ano de 2001, VV (98,2%) revela um quantitativo maior em relação aos municípios envolventes, excepto os habituais concelhos depressionários, Ponte da Barca e Terras de Bouro, cotando-se assim, de um modo mais significativo, acima da média da NUT III (68,3%), mas pouco abaixo dos valores nacionais (102,3%), (*vid. O País em Números*, INE - 2002).

A análise intraconcelhia permite-nos, no entanto, aferir a diversidade interna do presente indicador. Praticamente inverso ao índice oposto, incluindo as suas excepcionalidades (Escariz (S. Mamede), Atiães e Passó), uma vez mais constatamos a dicotomia Norte/Sul do concelho. Realce, porém, para a sede do município, que exhibe um dos maiores valores (40%) neste particular.

Se analisarmos o Índice de Dependência (2001), estreitamente associado ao anterior, verificamos que os valores mais elevados tendem a circunscrever-se às freguesias do rebordo delimitativo Norte e Nordeste. A metade Norte, na sua generalidade, não ultrapassa os 50 pontos percentuais.

### **O erigido e o seu uso**

Numa primeira abordagem impressiva e geral pelo correr dos mais diversos indicadores convencionais, relativos ao Edificado e ao Alojamento, podemos verificar que a posição de VV face ao contexto do mapa nacional, pela sua coalescência a Braga, situa-a na auréola de transição entre os patamares do que, de um modo impressivo, podemos designar por *litoral e interior*.

De acordo com os dados oficiais publicados pelo INE (2002), o município de VV detinha à altura do Censos um total de 16965 <sup>6</sup> edifícios, correspondente a 14,6% do conjunto do edificado implantado no território que inclui os municípios envolventes. Isto é, dispondo sensivelmente do mesmo cômputo de edifícios de Ponte de Lima, VV só é mesmo ultrapassada por Braga e Barcelos. Deste quantitativo, e de acordo com a época de construção, cerca de 70% do edificado foi construído nos últimos trinta anos, valor que associa VV ao conjunto subregional da NUT *Cávado*, ainda que ligeiramente menor relativamente ao último período intercensitário, dando assim expressão de uma franca animação construtiva.

A mesma análise, agora transposta para o nível de resolução das freguesias, permite-nos constatar, insuspeitamente, que o edificado segue, de um modo geral, o modelo de distribuição da população. Porém, se é um facto que as freguesias menos densamente habitadas revelam uma predisposição para evidenciar uma distribuição mais regular entre os diversos períodos de construção definidos, denotando, ainda assim, a tendência para se exibirem os picos mais elevados na década de 1970, as freguesias que denotam valores de um maior crescimento nas

---

<sup>6</sup> - última actualização (“INFOLINE” – INE, Website, 21/4/2004), participa-nos um total de 17023 edifícios em VV

duas últimas décadas, de algum modo correspondem às que são também as mais densamente povoadas. Neste particular o realce vai para a freguesia sede, cujos valores fazem dela a única a ultrapassar inequivocamente os máximos generalizados da década de setenta. No tocante às subidas, após os picos máximos da década de setenta, salientem-se as freguesias bordejantes ao Cávado e as que lhe estão imediatamente associadas a montante, para registar a tendência moderada de um aumento a partir do início da década de 1990.

Nesta sequência, a avaliação do número de licenças camarárias destinadas à construção, emitidas pela autarquia entre 1991 e 2000, permitem-nos constatar que a distribuição anual não foi regular (p.ex. o ano de 1993, foi inferior à metade das licenças emitidas dois anos antes). Tal como Ponte da Barca, que registou um comportamento semelhante, Terras de Bouro e Ponte de Lima diminuíram no confronto evolutivo dos anos extremos. Em comparação com este último município, as posições inverteram-se mesmo. VV era em 1991 o quarto município mais prolixo em matéria de construção, no conjunto que tem vindo a ser considerado, tendo trocado de posição com Ponte de Lima, que foi terceiro em 2000, a qual veio a emitir menos de uma centena de licenças das que concedera no início da década de noventa. De notar ainda que o vizinho concelho de Amares, embora dispondo de valores francamente mais modestos, concedeu em 2000 mais do dobro de licenças das que tinha disponibilizado em 1991.

No mesmo ano de 2000, ao nível do licenciamento camarário já nomeado - para um total de 348 edifícios, 13,7% do conjunto da NUT III - e de acordo com o tipo de obra, sejam as respeitantes à construção de novos edifícios (297), dos quais 281 licenças se destinavam à habitação, sejam as relativas ao licenciamento para a construção de 309 novos fogos para a habitação, VV ocuparia a terceira posição do conjunto dos municípios que prefazem o seu entorno.

No tocante aos valores absolutos indiciados, reportáveis ao licenciamento de ampliações de edifícios, transformações, e restauros, analisadas ainda sob o mesmo tipo de incidência, os valores em causa, tais como os enquadramentos que temos vindo a considerar, podem-se considerar irrelevantes. A título meramente indicador, o licenciamento autárquico do ano de 2000 revelou que a animação construtiva se consubstancia, sobretudo no plano das novas edificações de raiz destinadas à habitação.

Assim, no capítulo do licenciamento de obras merecem-nos relevo, no plano dos indicadores de construção de novas habitações, os seguintes dados.

#### **Valores médios de licenciamento de construção de novas habitações (2000)**

	<b>Superf. Habitação p/divisão (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Divisão por fogo</b>	<b>Fogos p/ pavimento</b>	<b>Nº de pavimentos p/ edifício</b>
<b>Vila Verde</b>	<b>21,9 (1º)</b>	<b>5,1</b>	<b>0,7</b>	<b>2,3</b>
Amares	17,3	5,1	0,7	2,3

Barcelos	19	5,2	0,8	2,2
Braga	17	5	0,9	3,3
Ponte da Barca	18	5,1	1,1	2,3
Ponte de Lima	18,4	5,5	0,7	2,1
Terras de Bouro	17,3	5,1	0,7	2,3
NUT III - Cávado	17,9	5,1	0,8	2,7

vid INE - Portugal em Números...2002

Ainda que estes valores por si só sejam suficientemente elucidativos, verificamos a relativa homogeneidade do conjunto onde VV se insere, quer ao nível municipal, quer no âmbito subregional. Neste caso o destaque vai naturalmente para os valores notoriamente mais elevados do conjunto que se reporta à elevada superfície média da habitação por divisão, expressa em metros quadrados. Considerando os valores igualitários da média de divisão por fogos, poder-se-á concluir não existirem em VV as condições propícias à existência de sobreocupação habitacional.

No que concerne à conclusão das obras, ainda que a distribuição dos valores evidencie arritmias, as proporções entre os diferentes tipos de obras terminadas não se diferenciam significativamente entre si. Assim, entre 1992 e 2000, 95,8% das obras concluídas destinavam-se também elas à habitação.

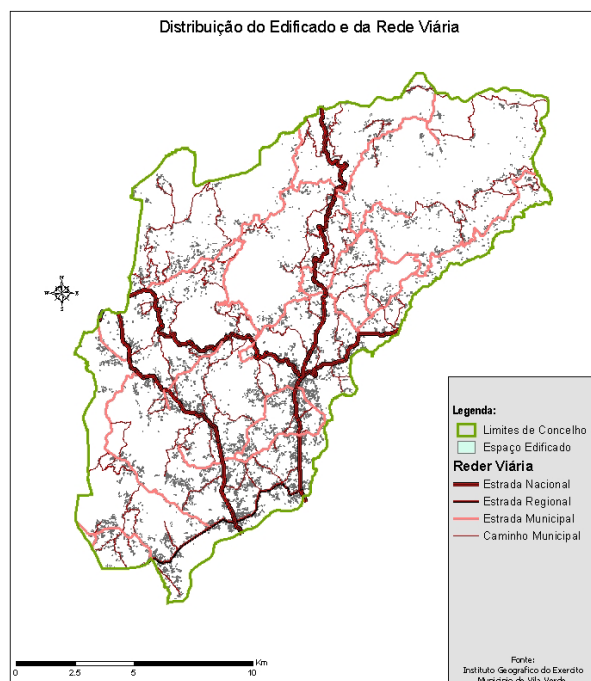
Fazendo a transição do edificado para o plano do alojamento, de acordo com o último censo e o tipo de utilização, verificamos que 87% (14769) do primeiro se destina exclusivamente à função residencial, desfrutando-se apenas de duas centenas de unidades edificadas cuja função principal é distinta. Se compararmos ao nível da NUT III e do País, respectivamente com 89,3% e 91,4%, constatamos, ainda assim, que estes valores se encontram relativamente abaixo da média.

Quanto ao edificado, segundo o número de alojamentos, em VV predominam claramente os edifícios com um único alojamento (94,7%), sendo que os edifícios com mais de seis alojamentos por unidade edificada não chegam a atingir o valor de uma centena. Comparativamente a Braga (com 76,8%) - o centro urbano de média dimensão mais próximo - os valores reportáveis à situação em que o edifício coincide com o alojamento, são notória e percentualmente mais altos. A mesma relação verifica-se para a NUT III, neste ponto pautando-se nos 87%. Inferindo que VV se constitui como um concelho essencialmente caracterizado por um parque habitacional unifamiliar, adiantaríamos que, dos 19211 alojamentos familiares existentes, apenas 89 não são alojamentos familiares clássicos<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> - apenas foram contabilizados 22 alojamentos familiares do tipo “barracas” – (INE, Censos... 2001)

Quanto ao regime de ocupação dos alojamentos clássicos, a maior parte deles estão afectos ao regime de propriedade, sendo que apenas 7,6% se encontram arrendados ou subarrendados.

Por fim, no tocante à elucidação dos tópicos relativos às infraestruturas básicas, os alojamentos familiares de residência habitual denotam uma taxa de cobertura elevada. Isto é, electricidade (99,2%), abastecimento de água (94,2%) e esgotos (93,9%).



### A estratégia por entre as tácticas

O enunciado *Objectivo Central do Plano Estratégico* de VV – *Concelho de Natureza, Serviços e Tecnologias* - mais uma finalidade processual do que um grande objectivo operativo, inscreve-se, naturalmente, no plano dos desígnios e das ideias, também estas certamente imbuídas do role das *ideias-feitas* que povoam o actual imaginário territorial de âmbito autárquico. Contudo, é importante não olvidar que se trata do enunciado consensual e possível, resultante do crivo dos diversos patamares de intervenientes. Neste plano vale então a pena retermo-nos nas suas componentes fundamentais para entender o sentido do próprio diagnóstico e a consubstanciação das linhas estratégicas propostas. São elas:

- 1 – o *ordenamento do território*;
- 2 – o *projecto socio-económico*;
- 3 - o *relacionamento institucional*;
- 4 – o *ambiente, ecologia e qualidade de vida*.

Não deixa pois de ser sintomático que o ordenamento do território obtenha a precedência sobre as demais citações. Entendida, neste caso, como *charneira* do médio Cávado, VV dispõe-se

como um ancestral território de atravessamento, originalmente potenciado no cruzamento da transversalidade da circulação fluvial com a meridionalidade dos trilhos terrestres. Aqui a proximidade a Braga subordinou-a à dependência desta enquanto polo atrator determinante, consignando-lhe a imagem feita de uma *cunha* da sua coroa rural.

A originalidade do povoamento, de estrutura fundamentalmente *dispersa* em vale e *meia-encosta*, não escamoteia, porém, a dicotomia Norte/Sul, respectivamente o menor e o mais densamente povoado do concelho, somente contrariada pelos eixos meridianos das duas principais estradas divergentes do sector concentracionário ribeirinho, elas próprias indutoras de uma maior densidade populacional.

Interiorizada a ideia, ao nível do senso comum, de que os processos de urbanização não são hoje um exclusivo das cidades, VV, tal como o vizinho concelho de Amares, têm vindo a sentir a pressão da *mancha* próxima, arvoradamente metropolitana, que diariamente conquista novas áreas em sua direcção. Lembremo-nos, a propósito, que a última revisão do Plano Director Municipal de Braga, sob o mote da “reconciliação com o rio” elegeu as freguesias marginais ao Cávado como áreas privilegiadas de expansão urbana. Em face da *periurbanização* de Braga, as freguesias mais densamente povoadas de VV e Amares ressentem-se já de alguns fenómenos de extensão urbana, não só no plano da residência, mas também do da oferta de alguns serviços e equipamentos originários de Braga. Sem as densidades detectáveis, *p. ex.* ao nível do Vale do Ave, o padrão de povoamento de Vila Verde segue ainda preferencialmente o desenho sinuoso das vias de comunicação rurais. Embora as concentrações mais relevantes se estabeleçam ao longo das principais estradas, sobretudo as meridianas, a elevada densidade de caminhos, em particular na metade Sul do concelho, não nos revela uma hierarquização do povoamento explicitamente compaginável com uma suposta hierarquia viária. A tendência mantém-se, agora acentuada pelos ritmos de urbanização mais intensos. Isto é, a radialidade estruturante com origem em Braga, tende a incrementar fenómenos de coalescência a par de algumas transversalidades que decorrem, em segundo plano, ao longo dos principais eixos de ligação intramunicipal.

As medidas formuladas no âmbito do ordenamento do território, associadas às propostas de projectos e ideias a implementar, pressupondo a inexistência de uma subrede urbana definida apontam para a prioridade de articulação do território ao longo da banda Sul que une os dois maiores núcleos concentracionários: a vila de Prado, o núcleo histórico assente no cruzamento de uma das principais vias terrestres com o ponto de navegabilidade montante extremo; e a capital de concelho, sede administrativa *moderna* e principal núcleo concentracionário.

O processo, considerado sob a oportunidade do decurso da revisão do PDM e da cooperação da respectiva equipa técnica, elegeu a necessidade de se estabelecer uma figura de

planeamento, necessariamente flexível e ajustada à extensão da área. Com este objectivo pretende-se privilegiar medidas: como a harmonização do desenho urbano, designadamente a articulação dos trechos fragmentados e desconexos entre si – na ideia de “costura” do território; a prossecução da extinção do tráfego de atravessamento dos principais núcleos consolidados, particularmente nos dois aglomerados já citados; a reabilitação e o ordenamento das margens ribeirinhas, especificamente dos rios Cávado e Homem; e a promoção da patrimonialização / “agorização” do Largo da Feira, principal espaço cívico da sede municipal, de molde acentuar o carácter simbólico da sua própria centralidade e referência imaterial de consolidação da identidade e coesão do concelho.

Retomando o contexto global do território municipal, VV, segundo um conceito de base territorial, estando desprovido de *ciudades*, apresenta-se, de acordo com os critérios INE/DGOTDU<sup>8</sup>, como sendo *medianamente urbano*, já que em mais de 3/4 das freguesias recai essa classificação. Todavia, a abstracção da convenção, não ilude os vastos traços rurais do concelho localizados, sobretudo, a Norte, marcados por uma fisionomia merecedora do epíteto *predominantemente rural*.

Uma das conclusões do estudo desenvolvido aquando da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Cávado (1998), promovido pela respectiva Associação de Municípios, no capítulo tocante à Rede Urbana e Equipamentos Colectivos<sup>9</sup>, no âmbito da NUT III Cávado, revelou-se a dificuldade em descortinar de um modo linear a evidência de uma sub-rede urbana devidamente estruturada e hierarquizada, que pudesse, no presente caso, esclarecer o posicionamento urbano de VV no contexto supra-regional. Com efeito, diagnosticavam-se então essencialmente três factores de distorção que mantêm ainda agora uma clara actualidade. Logo a abrir, as disparidades de concentração da população absoluta e das densidades populacionais entre o litoral e o interior; a acentuada “macrocefalia” de Braga no contexto, em determinadas asserções até, de esfera supra-regional; e, finalmente, na metade litoral do “Baixo Cávado”, a qual integra VV, a “dificuldade particularmente expressiva em delimitar, e assim distinguir, de uma forma precisa, o território de cada aglomerado”.

Por estas razões já vimos que não é plausível invocar uma sub-rede urbana para VV. A expressão bipolar das Vilas, Verde e de Prado, que as dimensionam como pequenos centros urbanos, carecem todavia de uma tecitura morfológica consolidada. Tendo-se originariamente desenvolvido em sistema de “corredor” ao longo dos principais acessos despoletados a partir de

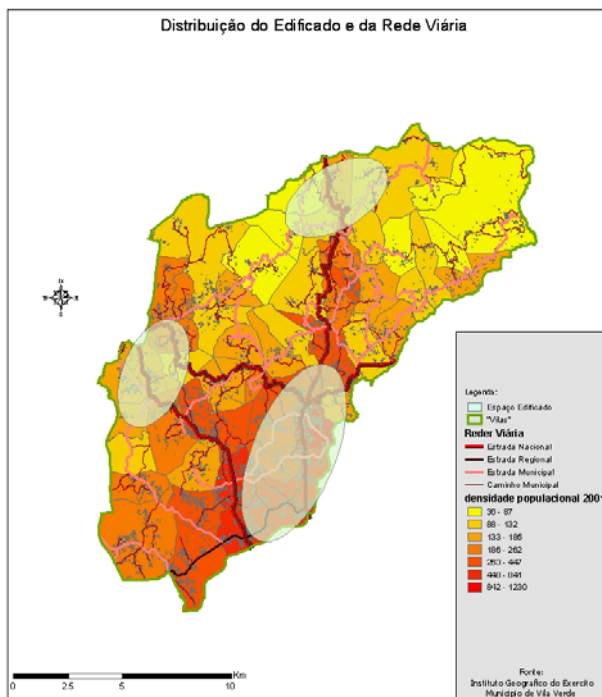
---

<sup>8</sup> - São elas: áreas predominantemente urbanas; áreas medianamente urbanas; e áreas predominantemente rurais, sendo usadas para fins estatísticos, conforme a 158ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística (3/7/1998).  
Fonte: INFOLINE – INE, Abril de 2004

<sup>9</sup> - Bandeira, Miguel Melo e Fernandes, Mário Gonçalves - *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Cávado – (Rede Urbana e Equipamentos Colectivos - Relatório sectorial)*, Associação de Municípios do Vale do Cávado, Tecnicávado - Associação para o Desenvolvimento Regional, Braga, Janeiro de 1996

entroncamentos, pontos de passagem, de troca e de paragem, VV projecta preferencialmente a sua extensão para Sul em direcção à Ponte do Bico, em Soutelo e Prado, privilegiando o eixo paralelo ao rio, e alonga-se, igualmente, para Norte, sob o risco da EN 201.

Neste contexto, desde logo pareceu consensual aos diversos intervenientes no presente processo a pertinência em determinar *núcleos-âncora* alternativos, que pudessem obstar à assimetria dicotómica Norte/Sul .



Para o efeito conjecturou-se a implementação/reforço de duas “Vilas”, promotoras de uma maior articulação do território concelhio, as quais deveriam estar de algum modo relacionadas com o projecto da via de impacte supramunicipal do *Homem-Lima*, a Norte, que se pretende irá brevemente incrementar a ligação entre as Terras do Alto Homem e a A3.

Avaliadas as susceptibilidades que poderiam decorrer de uma proposta de localização precisa, evitando qualquer sentimento de exclusão ou preferência, foram propostos dois sectores cujas denominações passaram a auferir de uma referência mais ampla do que a freguesia. Foram assim apontadas, sem celeuma, a “Vila de Wade”, associada à ancestral portela de passagem entre as bacias hidrográficas do Cávado e do Lima, e a “Vila de Neiva”, igualmente sustentável no critério ordenador da respectiva bacia hidrográfica.

\*\*\*

A asserção *metropolitana* de VV e a perspectiva incontornável da estratégia esquiçada ao comprometer um *projecto socio-económico* remete-nos para a consideração das relações mais elementares entre o concelho e a sua coroa territorial envolvente. De imediato e de um modo inequívoco percebe-se que o relacionamento mais estreito e privilegiado, quer no plano da emissão, quer no da recepção, motivada nas deslocações de trabalho ou de estudo, toma sempre o município de Braga como parceiro privilegiado.

Se é um facto que, genericamente, a frequência das trocas insere VV, de um modo claro, no Vale de Cávado, concelhos como o de Guimarães ou V<sup>a</sup> N<sup>a</sup> de Famalicão, em determinado plano, chegam a ombrear, ou mesmo a ultrapassar os valores dos contíguos de Ponte de Lima ou de Ponte da Barca. As principais saídas de residentes de VV para o exterior do município, de um total de 18914<sup>10</sup> activos e estudantes: 23,9% (4528) deslocam-se a Braga; 3,8% (731) a Barcelos e 1,5% (292) para o Porto. Todos os restantes destinos reportam-se quantitativos inferiores aos deste último. Convém, porém, referir que as deslocações para Braga implicam um quantitativo de 82,5% de activos e de 789 estudantes (17,4%). Neste ponto, note-se que, enquanto para Barcelos as deslocações por motivo de ensino são praticamente insignificantes<sup>11</sup>, isto é, são inferiores a 9%, pelo contrário, a percentagem de deslocados para o Porto - ainda que, no plano do ensino e em termos absolutos, seja idêntica à anterior - representa um valor percentual de 23,3% de estudantes, neste caso certamente em busca de níveis de ensino não ofertados no concelho. Com esta mesma finalidade não deixa de ser curioso apreciar os destinos para os municípios cercanos de Guimarães (41,8%), Viana do Castelo (22,2%), Ponte de Lima (21,2%), e V<sup>a</sup> N<sup>a</sup> Famalicão (18,8%), fazendo destes concelhos destinos percentualmente importantes por razões de estudos. Com efeito, pode-se afirmar que, enquanto os vilaverdenses vão a Barcelos sobretudo trabalhar, no caso de Guimarães, repartem-se também significativamente pelo motivo dos estudos.

Relativamente ao processo inverso, exprime-se a reciprocidade do privilégio das relações a Braga. Na verdade, quanto à população não residente e a exercer ou a estudar no concelho de VV, manifesta-se, em termos absolutos, um débito considerável. De entre o universo de indivíduos que saem e entram em VV, em relação a Braga, 60% sobra a favor desta. Dos 18914 indivíduos registados como activos e estudantes no concelho de VV, 5,9% (1129) são procedentes de Braga, sendo os lugares imediatos atribuídos aos seguintes municípios: Amares com 1,9% (365); Barcelos com 1,5% (286); e Ponte de Lima 1,1% (222). Todos os demais concelhos exibem percentagens inferiores a 1%, sendo que nenhum chega a fornecer uma centena de indivíduos.

De um modo sintético o diagnóstico qualitativo da fisionomia socio-económica de VV ostenta vastas franjas de desconhecimento e falta de informação. Não sendo já um município com uma população activa predominantemente rural (24%), o facto de indicar 45,9%(1991) no *Secundário* também não faz de VV um concelho industrial. De facto, além do sector cerâmico em recessão, a SW do concelho, a construção civil parece ser o factor de alguma animação. Por outro lado, o diagnóstico revela a ausência de uma política para o comércio e a indústria e mesmo um desconhecimento real das necessidades ao nível da formação profissional. O tecido empresarial de VV é composto por um total de cerca de 3700 empresas, sendo 541 unidades de

---

<sup>10</sup> - destes 36,6% são estudantes

<sup>11</sup> - note-se que em Barcelos está sediado o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave



indústria transformadora. Trata-se de um universo micro-empresarial onde 80% dos estabelecimentos não dispõe de mais de 100m<sup>2</sup> e 83% das empresas estão em nome individual.

Ainda que o potencial endógeno ao nível dos recursos e dos equipamentos colectivos existentes possa constituir um ponto forte, impõe-se, neste capítulo, medidas e acções de complementaridade com os municípios vizinhos.

\*\*\*

Ora seria precisamente no plano do relacionamento institucional, tanto no domínio interno, como, sobretudo, no intermunicipal, que se vislumbrou a possibilidade de ensaiar a suplantação das limitações insulares de que ora enfermam os planos de âmbito municipal em Portugal.

Naturalmente que, para além do diagnóstico traçado, não são estranhas a este conjunto de prioridades alguns circunstancialismos, que, todavia, sendo conjunturais, abrem perspectivas de oportunidade ao nível do delinear das estratégias supramunicipais de VV. Na verdade, ainda que a condução política do município, no momento, esteja entregue ao protagonismo de um jovem líder, cuja capacidade de afirmação tem extrapolado o município, visível inclusive no leque de prioridades expresso nas últimas eleições europeias – a imprensa chegou mesmo a apontar o seu nome como futuro candidato alternativo à Câmara de Braga – de facto, as idiosincrasias políticas locais e os seus avatares bairristas, que, à partida, tendem a comprometer o consenso da condução dos desígnios metropolitanos subordinada a qualquer um dos tradicionais concelhos líderes, sejam quais forem as qualidades do protagonista, deixam aos municípios como o de VV uma margem de manobra favorável à assunção de uma maior capacidade de afirmação.

Ainda que de momento não possa haver uma configuração inteiramente delineável no conceito da Área Metropolitana do Minho, a aquisição de uma identidade sub-regional “Cávado” parece-nos favorecer os desígnios charneira de VV. Neste propósito afigura-se-nos construtivo, e mutuamente vantajoso, o encetar de uma política de promoção de estratégias parcelares, de carácter bilateral, entre VV e os municípios com quem faz fronteira, no sentido de reunir esforços de complementaridade relativamente aos pontos fortes e fracos dos respectivos denominadores comuns. Como é óbvio, não fará qualquer sentido que estes projectos se restringiram somente ao sector produtivo, mas também que incorporem os aspectos respeitantes ao plano de desenvolvimento imaterial das suas populações.

Por outro lado, no domínio intramunicipal, o diagnóstico resultante do inquérito lançado pela equipa técnica às freguesias, além de não ter colhido uma correspondência significativa por parte destas, revela-nos, neste patamar autárquico, um alheamento generalizado relativamente à visão global do concelho, e por consequência, uma mitigada visão estratégica do seu próprio futuro. Daí que o presente sector clame pelo incremento e pela

sistematização de um sistema e de estruturas de ligação entre as freguesias e a edilidade, até agora consubstanciadas a uma gestão casuística e de oportunidade. No tocante à quantificação do relacionamento externo das freguesias saliente-se que 61% destas não possui qualquer relacionamento com entidades públicas e 80% com privadas<sup>12</sup>.

\*\*\*

Mais do que um lugar comum no contexto actual do desenvolvimento estratégico, a componente relativa ao *ambiente, ecologia e qualidade de vida* prende-se com os mais elementares factores de desenvolvimento enraizados nas mentalidades esclarecidas e dirigentes do concelho. De facto, nem que seja por algumas das iniciativas espontâneas do *marketing territorial* em vigor apontarem para os domínios do património e do ambiente, há uma percepção generalizada da importância dos recursos endógenos nestes sectores que, todavia, anseiam por uma síntese de compromisso com a implementação dos legítimos desígnios da modernidade.

Em desfavor de VV, um dos principais constrangimentos pauta-se por uma realidade típica da fase de *pré-ordenamento*, decorrente, entre outros factores, do insuficiente tratamento do saneamento e da degradação de um franja significativa dos cursos de água. Por outro lado os padrões de participação cívica e de formação, aquém dos desejáveis, vem demonstrar uma contradição que urge ser superada. Neste propósito as questões ambientais e da qualidade de vida confundem-se, mais do em quaisquer circunstâncias com os imperativos do ordenamento.

Será, pois, no plano no aproveitamento dos efeitos de complementaridade e de “exaustão” do modelo de crescimento urbano de Braga, que VV poderá equacionar a oportunidade para marcar a diferença e poder assim encetar alguns dos projectos estratégicos mais imediatos, naquilo que poderíamos designar a ambição de se tornar num “green belt” daquela. Afiguram-se pois como medidas prioritárias, a racionalização das acessibilidades e das dinâmicas pendulares entre os dois concelhos, em particular a inserção conjunta no seio de um plano de transportes e circulação de âmbito subregional. No mesmo propósito, aponta-se para a possibilidade de VV poder ofertar e captar hábitos de fruição e lazer quotidianos, oriundos dos centros mais próximos, preferencialmente canalizados para os fins da *natureza e ambiente*. De facto, sentem-se já algumas deslocalizações oriundas de Braga, nos sectores, p.ex. do *desporto*, da *gastronomia*, etc. Em contrapartida surge como uma ameaça real de carácter especulativo, o loteamento das pequenas quintas e a proliferação dos condomínios fechados, como aliás, já são já visíveis alguns exemplos.

Neste mesmo âmbito a valorização do eixo da *natureza e do ambiente*, associada às valências do património cultural e assente na subsistência de amplos traços ligados ao mundo rural, elegem a reabilitação e preservação da paisagem como uma objectivo estratégico a

---

<sup>12</sup> - *vid* inquérito às freguesias, in PEDVV, Expoente, Braga, 2004

potenciar. Para este efeito entende-se como necessário a identificação de unidades paisagísticas de forte cunho identitário, devendo para isso proceder-se ao estudo, elaboração de uma “carta de paisagem” e a criação de um sistema monitorização a implementar neste capítulo.

### **Crónica de encerramento**

Qualquer consideração identitária de Vila de Verde jamais poderá deixar de assentar sobre o seu étimo toponímico, tanto mais que, à escala subregional em que deve ser considerado, isto é, enquanto município, trata-se de uma denominação que tem uma dupla acepção. Por um lado, implica uma designação moderna para um termo unificador de um território cuja ocupação humana é imemorial e densamente povoado e, por outro lado, atendendo ao rasto significativo que já desfruta – “Vila” e “Verde” se predispõe à criação de uma imagem de “marca” potenciadora de desígnios apelativos a um tipo de desenvolvimento qualificado, integrado e, naturalmente, com futuro. Num certo sentido, a escala urbana de uma “Vila” é hoje em dia mais um factor indutor de urbanismo sustentado do que uma acepção pejorativa, associada ao subdesenvolvimento (veja-se o exemplo estratégico de imagem bem sucedida nesta matéria no caso de Ponte de Lima). Por seu turno o significativo “Verde”, pela incontornável proximidade da cidade de Braga, é antes de tudo uma sugestão explícita de ambiente saudável e de uma escala geo-humana ainda possível. Daí que, garantidas que estão todas as condições da sua personalidade comunitária e individualidade política, ousaríamos mesmo afirmar, algo heterodoxamente, que a denominação da marca *Vila Verde de Braga* poderia mais recompensadoramente servir de ponto cardeal e suporte de dividendos variados, particularmente no plano exterior, de que uma denominação do tipo *Vila Verde do Minho*.

Neste propósito, os amplos traços rurais e florestais que compõem importantes trechos da paisagem local, associados a um povoamento intenso, mas disperso, promotores de uma mancha edificada, entrecortada por permanentes manchas “verdes”, atribuem ao concelho, no seu todo, uma imagem atractiva e uma susceptibilidade de ordenamento imperativa e inadiável.

Coloca-se, pois a VV, com particular pertinência, aquela que é já uma máxima clássica, de que aquilo que durante muito tempo foi considerado um factor de atraso possa agora corresponder a uma oportunidade de desenvolvimento. O salto de futuro que o concelho se defrontará nos próximos anos terá por determinante o aproveitamento estratégico dos exemplos positivos e negativos dos municípios confinantes, sobretudo, em matéria de crescimento urbano.

A principal ameaça ao desenvolvimento do município de VV, em nossa opinião, passa pela tentação de o considerar estrategicamente como uma unidade territorial “insular”, incapaz de conciliar as legítimas aspirações de modernidade com um caminho personalizado face ao

entorno administrativo envolvente. VV, enquanto território charneira entre os vales do Alto e Baixo Minho e entre os territórios do litoral e do interior montanhoso, deverá ser capaz de aproveitar os processos de exaustão, concentracionários e tendencialmente desqualificados, dos vizinhos concelhos de Barcelos e, particularmente, de Braga, de modo a atender às compensações expectantes dos movimentos de contra-urbanização daí gerados. Também no que concerne à relação que estabelece com os municípios interiores mais deprimidos e desprovidos de gentes, como Ponte da Barca e Terras de Bouro, poderá vir a assumir o papel de um centro intermédio, capaz de apoiar e captar diversas funções e atributos, próprios de um contexto urbano de proximidade.

Neste sentido, VV é no momento a garantia de uma escala humanizada. Não faz sentido pensá-la como espaço de concorrência a Braga, a qual se encontra inexoravelmente ligada e, em certos segmentos, cada vez mais interdependente, mas antes, equacioná-la como complemento de valor acrescentado, que um meio urbano em vias de consolidação já não permite facultar. Mantendo a fisionomia de um espaço acolhedor, de identidade e memória, incomensuravelmente mais rico do que uma urbanidade sem passado, VV oferece a possibilidade de proporcionar o ensaio de uma síntese contemporânea entre o rural e urbano.

Ainda que não delineável, no plano intraconcelhio, VV exhibe um paralelo imaginário que divide o Norte do Sul do concelho, numa dicotomia que, nas suas circunstâncias, recria o mesmo tipo de assimetrias detectáveis à escala regional e nacional. A consolidação de uma realidade bi-polar (Vila Verde/Prado) não se afigura como uma ameaça à unidade concelhia, mas tão só, convida ao avivamento de uma possível rede, que sendo o resultado da permanência de trilhos ancestrais, pode ser racionalizada. No fundo, trata-se de promover a “rurbanização” setentrional do concelho e de garantir o ordenamento do território e o desenvolvimento sócio-económico sustentado a Sul.

No domínio das mobilidades deverá ser melhorada a rede existente e racionalizada a hierarquização viária global com as vias projectadas, sobretudo as que se reportam ao Plano Rodoviário Nacional. Por este desígnio passarão as respostas a dar no futuro no plano das medidas relacionadas com a vocação do concelho face ao dualismo retenção/local de passagem. De igual modo a crescente coalescência a Braga e a atracção gravitacional ao seu centro, impõe, com espírito de ante-visão, a valorização do papel crescente dos transportes colectivos, numa dimensão metropolitana e intermodal.

VV deverá prosseguir, sobretudo no plano político, o esforço de afirmação interinstitucional conquistando um papel de mediador à escala regional. Do ponto de vista geoestratégico, sugere-se a promoção de iniciativas de estreitamento e de formulação de consensos com os municípios vizinhos, na base do estabelecimento de estratégias articuladas, incidentes em vectores que lhes são mais comuns e complementares, tais como:

- A Norte, com os Municípios de Ponte de Lima e Ponte da Barca: o turismo rural, a agricultura e silvicultura, as acessibilidades, o património;
- A Leste, com Terras de Bouro: o ambiente, o lazer de natureza, turismo rural, o património cultural e natural, os serviços, as infraestruturas e os equipamentos colectivos, a agricultura e silvicultura;
- A Sudeste, com Amares: a complementaridade de simetria face às ofertas mais descentralizadas de Braga; a urbanização e a reabilitação da paisagem, os serviços, as infraestruturas e os equipamentos colectivos, o associativismo;
- A Sul, com Braga: a urbanização, os acessos e os transportes, a inovação e tecnologia, o empreendedorismo, o ensino e educação;
- A Poente, com Barcelos: a urbanização, os acessos e os transportes, o ensino e a educação, o património etnográfico e o artesanato, a indústria cerâmica.

Braga, 15 de Outubro de 2004.